

30 OUT 1987

Dinheiro a Rodo

Com a aprovação, pela Comissão de Sistematização da Constituinte, de emenda que iguala os proventos dos trabalhadores aposentados aos dos que estão em atividade, reabre-se a questão da aposentadoria no Brasil.

Sendo o país corporativista, algumas classes ou grupos trataram logo de resolver o seu próprio problema. Funcionários das estatais, dos bancos oficiais, magistrados, militares, ex-governantes, marajás em geral, parlamentares com dois mandatos, vereadores cariocas com apenas cinco anos de mandato e alguns outros, legislando ou exercendo pressão em causa própria, aposentam-se com excelente remuneração, e podem vestir o pijama para uma velhice tranqüila.

Do outro lado estão os milhões de trabalhadores que sequer podem sonhar com a aposentadoria real. Segundo um estudo do Dieese, 80% dos aposentados da Previdência retornam a algum tipo de trabalho, por não conseguirem se manter com o que recebem após 35 anos de contribuição. Desse contingente, a própria Previdência reconhece que 90% ganham até três salários míni-

mos. Os restantes são os "profissionais liberais que não se liberam jamais".

A Comissão de Sistematização resolveu agir por decreto. Com uma penada, iguala os inativos aos ativos. Pensou-se, por acaso, na maneira de cobrir essa futura despesa? Declara o deputado José Serra que "isto vai estourar os cofres da Previdência". Em outras palavras, como não houve planejamento econômico para tal reajuste, quem vai pagar por isso são os que ainda estão contribuindo, as empresas, a sociedade como um todo.

O que vem à mente, de imediato, é o caso uruguaio. O Uruguai era chamado de "Suíça sul-americana", por seu desenvolvimento equilibrado, seu nível de vida. A partir de um certo momento, todos se tornaram pensionistas do Estado; e o país não pôde pagar a conta: desceu vários degraus na escala social.

A Comissão de Sistematização não fez conta nenhuma: legislou por decreto. Quem vai pagar a conta? E como justificar pagamento igual para os que estão de pijama e os que trabalham por todos — para pagar, em alguns casos, aposentadorias de marajá?